

Nº 2

REDUÇÃO DAS TARIFAS DE IMPORTAÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE O BEM-ESTAR ECONÔMICO

Erik Alencar de Figueiredo

Nota da Presidência

Brasília, maio de 2022



Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Erik Alencar de Figueiredo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

André Sampaio Zuvanov

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flavio Lyrio Carneiro

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

João Maria de Oliveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Herton Ellery Araújo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (substituto)

José Eduardo Malta de Sá Brandão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação (substituto)

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2022

EQUIPE TÉCNICA

Erik Alencar de Figueiredo

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *E-mail*: <erik.figueiredo@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/np2>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

1 MOTIVAÇÃO	5
2 ABERTURA ECONÔMICA E BEM-ESTAR SOCIAL	6
3 RESULTADOS	7
REFERÊNCIAS	9

SINOPSE

- ✓ Em novembro de 2021, o governo federal anunciou um corte de 10% nas tarifas de importação brasileiras. A iniciativa abrangeu 87% do universo tarifário do país – conforme anunciado pelos ministérios da Economia e das Relações Exteriores. No início desta semana, o Ministério da Economia (ME) divulgou mais um corte amplo de 10%, julgando que essa iniciativa será benéfica para a dinâmica econômica do país no pós-crise.
- ✓ A conclusão do ME se baseia na constatação de que a estrutura tarifária do país representa uma elevada barreira às importações, onerando o seu custo e reduzindo a competitividade da economia brasileira. Para se ter uma ideia, uma tarifa média de importação brasileira é 63% superior à tarifa média mundial e 81% superior à dos Estados Unidos.
- ✓ Diante dessa perspectiva, esta nota avalia os impactos dos cortes nas tarifas de importação sobre o bem-estar econômico. Serão simulados cortes na Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul e computados os efeitos sobre o bem-estar agregado, o volume de comércio e o salário real do Brasil e da Argentina.
- ✓ O elo entre a redução de tarifas de importação e o bem-estar social reside na importância dos bens intermediários importados para a cadeia produtiva nacional. Sendo assim, o preço dos produtos nacionais depende do preço dos produtos importados, fazendo com que as elevadas tarifas de importação contribuam para uma produção interna mais onerosa.
- ✓ Os dois cenários contrafactuais permitem inferir que a redução da TEC possui efeitos positivos sobre o bem-estar de Brasil e Argentina, refletidos, em especial, no aumento do salário real e, principalmente, na elevação do volume de comércio com o resto do mundo.
- ✓ Seguindo a lógica estabelecida na literatura – em que economias menores se beneficiam mais com a liberalização comercial –, observa-se que os impactos positivos registrados na Argentina são sempre mais expressivos do que os registrados no Brasil.
- ✓ Em um cenário particular, registram-se aumentos no volume de comércio de 0,32% na Argentina e 0,27% no Brasil, seguidos por aumentos no salário real na ordem de 0,43% na Argentina e 0,26% no Brasil.
- ✓ Para se ter uma ideia da magnitude desses impactos, ao simular uma redução de tarifas de importação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement – Nafta), Caliendo e Parro (2015) reportam um aumento do salário real de 1,72% para o México, 0,32% para o Canadá e 0,11% para os Estados Unidos.

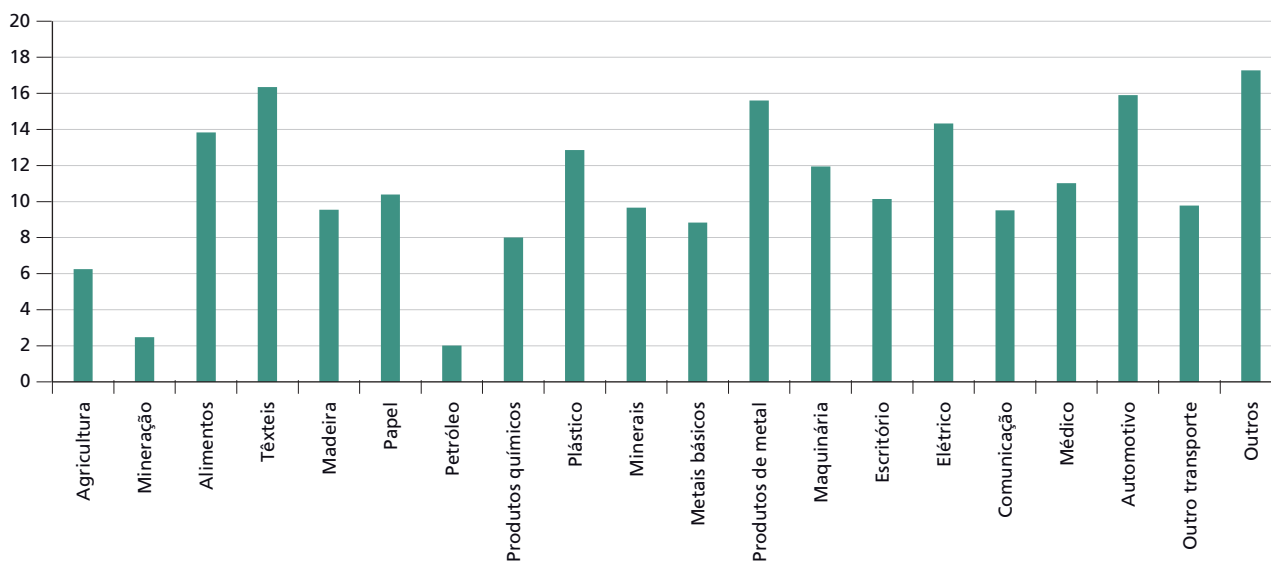
No início desta semana, o Ministério da Economia (ME) divulgou, por meio do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex), um corte de 10% no imposto de importação de mais de 6 mil códigos tarifários. Esses itens já haviam sido contemplados com um corte de 10% nas tarifas em novembro de 2021. Ambas as iniciativas abrangeram 87% do universo tarifário do país – conforme anunciado pelos ministérios da Economia e das Relações Exteriores. Em regra geral, a agenda de abertura comercial vem se baseando em dois fatos relevantes. Primeiro, na necessidade de se adotarem medidas de mitigação dos efeitos da covid-19, com fundamento em exceção prevista no Tratado de Montevidéu. Segundo, na constatação de que a estrutura tarifária do país representa uma elevada barreira às importações, onerando o seu custo e reduzindo a competitividade da economia brasileira. Para se ter uma ideia, o Brasil apresenta uma tarifa média de importação próxima a 11%, enquanto a média mundial se situa em 4%. Nos Estados Unidos, a média é ainda menor, 2% (Caliendo e Parro, 2015).¹ De uma forma mais desagregada, a comparação entre as tarifas de importação do Brasil com os Estados Unidos revela que o Brasil possui alíquotas mais elevadas em todos os setores listados no gráfico 1. Essa distância tarifária entre o Brasil e o resto do mundo continua fomentando ações voltadas para a abertura comercial. Exemplos disso são as reduções nas alíquotas do etanol, dos alimentos, e de bens de informática e capital (BIT/BK), bem como o desejo de se reduzir a TEC do Mercosul.

GRÁFICO 1

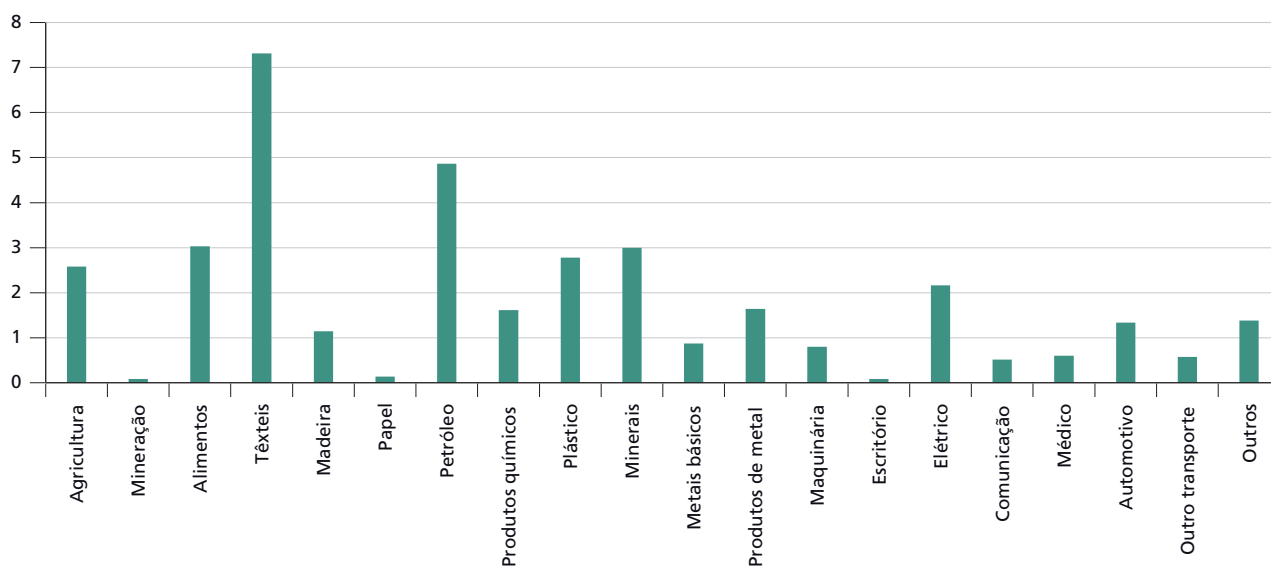
Tarifa de importação, por setor

(Em %)

1A – Brasil



1B – Estados Unidos



Fonte: Caliendo e Parro (2015).

1. A constatação da elevada tarifa média de importação brasileira continua válida quando comparadas à de outras economias, tais como China (5,3%), Índia (9,4%), Coreia do Sul (5,3%), África do Sul (7,1%) e Rússia (5%). Para mais detalhes sobre as tarifas de importação, ver Espitia, Rocha e Ruta (2020).

O tema da abertura comercial é de grande relevância para a elevação do bem-estar da população nacional. Sabe-se que a pauta de importação brasileira é composta em grande parte por bens intermediários voltados às produções agrícola e industrial. É difícil encontrar um produto 100% nacional no mundo globalizado de hoje. Cada produto possui componentes de diversos países, com maior ou menor conteúdo nacional. O fato é que a importação é fundamental para que os produtos nacionais sejam produzidos e/ou melhorados. O preço dos produtos nacionais depende do preço dos produtos importados, por mais contraditória que possa parecer tal afirmação. Vale notar, por exemplo, que os aditivos agrícolas, combustíveis e insumos para a indústria de transformação compõem quase 20% do total importado. Em outras palavras, barreiras à importação contribuem para uma produção interna mais onerosa. *Com isso, os brasileiros pagam mais caro pelos produtos nacionais, tendo menos dinheiro para outras atividades como serviços, lazer, turismo etc.* Em suma, as políticas voltadas para a abertura do mercado tendem a contribuir para o aumento do bem-estar, a melhora nos preços e a geração de empregos.

É justamente esse mecanismo de equilíbrio geral que esta nota abordará nas seções seguintes. A partir de um exercício de simulação, serão criados cenários hipotéticos prevendo o corte na TEC do Mercosul e verificando os seus impactos sobre variáveis que interferem na vida do cidadão.

2 ABERTURA ECONÔMICA E BEM-ESTAR SOCIAL

Rose (2004) inicia seu artigo seminal sobre o efeito da Organização Mundial do Comércio (OMC) na promoção do comércio internacional afirmando que os economistas discordam em muitas coisas, contudo, quase todos concordam que o comércio internacional deve ser livre. Essa afirmação ganhou ainda mais força após o rápido movimento de integração econômica vivenciado a partir da década de 1990 e o consequente aumento no comércio mundial (Subramanian e Kessler, 2013). Além disso, a literatura tanto de crescimento econômico quanto de comércio internacional tem chegado a resultados importantes relativos à interação entre essas duas grandezas, com efeitos indiretos sobre o bem-estar econômico.² Alguns exemplos podem ilustrar esse fato. Caliendo e Parro (2015) destacam que uma redução nas tarifas do Nafta resultaria em um aumento do bem-estar social para todos os Estados-membros (México, Canadá e Estados Unidos). Esse resultado também é válido para países em desenvolvimento, como bem demonstrado em Firebaugh e Beck (1994), Frankel e Romer (1999) e Chatterjee e Turnovsky (2005).

Contudo, não obstante os desenvolvimentos recentes, Caliendo e Parro (2015) destacam que pouca atenção tem sido dada a entender como os ganhos de comércio, advindos das reduções tarifárias, se espalham entre os setores de uma economia³ e, para endereçar esse ponto, propuseram um modelo em que se permitem interações entre os setores de uma economia. Em outras palavras, usando uma estrutura de equilíbrio geral, os autores demonstram que, quando um país reduz sua tarifa de importação em um dado setor, essa mudança possui um impacto direto sobre tal setor e sobre os demais setores demandantes de seus insumos.

Uma constatação preliminar do estudo de Caliendo e Parro (2015, tradução nossa) é que “não surpreendentemente todos os países se beneficiam de um comércio mundial liberal, com as pequenas economias ganhando mais do que as grandes”. Isso já havia sido destacado em Anderson, Larch e Yotov (2020) ao simularem um cenário de hiper-globalização (eliminação de todos os custos de comércio).⁴ Em síntese, constatou-se que todos os países no mundo se beneficiaram, com os maiores ganhos observados para as economias pequenas. Nesse mesmo sentido, ao avaliar um grupo de países em desenvolvimento, Loures e Figueiredo (2017) observam que *a eliminação das barreiras comerciais contribuiria para um crescimento de até 9% no produto interno bruto (PIB) do Brasil.*

Dito isso, esta nota utiliza o modelo teórico de Caliendo e Parro (2015) para simular dois cenários contrafatuais: o primeiro estima os efeitos de uma redução de 83% nas tarifas médias de importação do Brasil e da Argentina (TEC⁵), igualando-as à tarifa média de importação dos Estados Unidos; e o segundo prevê um corte mais modesto – de 20% na tarifa média de importação do Mercosul (Brasil e Argentina).

2. Caliendo e Parro (2015) destacam ainda que as reduções de tarifa entre dois países em um dado setor não afetam apenas os preços naquela indústria, mas também os setores demandantes dessa indústria, sendo que a magnitude desses efeitos diretos e indiretos, resultantes da mudança tarifária, dependerá da extensão da inter-relação entre os setores.

3. Uma exceção é o estudo de Arkolakis, Costinot e Clare (2012), no qual os autores analisaram os ganhos de bem-estar da abertura comercial empregando diversos modelos, inclusive um modelo multisetorial.

4. A queda nos custos do comércio melhora a eficiência no mundo uma vez que todos os países experimentam uma redução nos custos do comércio bilateral e, portanto, os ganhos de eficiência também são compartilhados.

5. Conforme Figueiredo e Loures (2016, p. 307), a TEC caracteriza-se como sendo uma tarifa aduaneira “comum a todos os membros da Área Livre de Comércio (ALC) e válida para importações provenientes de fora do bloco e cujo objetivo é aumentar a eficiência intrabloco”.

3 RESULTADOS

O modelo aqui utilizado incorpora a heterogeneidade setorial existente no processo produtivo.⁶ Consideram-se trinta países,⁷ um agregado do resto do mundo e $J =$ quarenta setores, sendo vinte setores comercializáveis e vinte não comercializáveis. Detalhes sobre os setores podem ser visualizados no quadro 1, com os comercializáveis correspondendo ao intervalo 1-20 e os não comercializáveis a 21-40.

QUADRO 1

Setores comercializáveis e não comercializáveis

Número	Indústria	Descrição	Isic Revision 3
1	Agricultura	Agricultura, silvicultura e pesca	1-5
2	Mineração	Mineração e pedreira	10-14
3	Alimentos	Produtos alimentícios, bebidas e tabaco	15-16
4	Têxteis	Têxteis, produtos têxteis, couro e calçados	17-19
5	Madeira	Madeira e produtos de madeira e cortiça	20
6	Papel	Celulose, papel, produtos de papel, impressão e publicação	21-22
7	Petróleo	Coque refinado de petróleo e combustível nuclear	23
8	Produtos químicos	Produtos químicos	24
9	Plástico	Produtos de borracha e plásticos	25
10	Minerais	Outros produtos minerais não metálicos	26
11	Metais básicos	Metais básicos	27
12	Produtos de metal	Produtos de metais, exceto máquinas e equipamentos	28
13	Maquinária	Máquinas e equipamentos	29
14	Escritório	Máquinas de escritório, contabilidade e informática	30
15	Elétrico	Máquinas e aparelhos elétricos	31
16	Comunicação	Equipamento de rádio, televisão e comunicação	32
17	Médico	Instrumentos médicos, de precisão e ópticos, e relógios	33
18	Automotivo	Reboques e semirreboques de veículos automotores	34
19	Outro transporte	Outro equipamento de transporte	35
20	Outros	Fabricação e reciclagem	36-37
21	Eletricidade	Eletricidade, gás e água	40-41
22	Construção	Construção	45
23	Varejo	Reparos no comércio de atacado e varejo	50-52
24	Hotéis	Hotéis e restaurantes	55
25	Transporte terrestre	Transporte terrestre e via oleodutos	60
26	Transporte por água	Transporte hidroviário	61
27	Transporte aéreo	Transporte aéreo	62
28	Transporte auxiliar	Suporte e auxiliar de transporte, e agência de viagem	63

(Continua)

6. Estudos empíricos sobre os efeitos de comércio e bem-estar de mudanças médias nas tarifas podem ser realizados por meio de uma abordagem de comércio de um único setor, porém análises de mudanças nas tarifas só são possíveis por meio de um modelo de múltiplos setores, comércio de bens intermediários e ligações setoriais.

7. Argentina, Austrália, Áustria, Brasil, Canadá, Chile, China, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Índia, Indonésia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia do Sul, México, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, África do Sul, Espanha, Suécia, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

(Continuação)

Número	Indústria	Descrição	Isic Revision 3
29	Correios	Correios e telecomunicações	64
30	Finanças	Intermediação financeira	65
31	Imobiliária	Atividades imobiliárias	70
32	Locação	Locação de máquinas e equipamentos	71
33	Computador	Computador e atividades relacionadas	72
34	P&D	Pesquisa e desenvolvimento	73
35	Outros negócios	Outras atividades de negócios	74
36	Público	Administração pública	75
37	Educação	Educação	80
38	Saúde	Saúde e serviço social	85
39	Outros serviços	Outros serviços sociais e pessoais	90-93
40	Domicílios	Domicílios particulares com pessoas empregadas	95

Elaboração do autor.

Obs.: Isic – International Standard Industrial Classification.

Como já destacado, serão considerados dois cenários contrafactuais:

- CF-1: uma redução de 83% nas tarifas **médias** de importação do Brasil e da Argentina (TEC), igualando-as à tarifa média de importação dos Estados Unidos; e
- CF-2: uma redução de 20% nas tarifas médias de importação tanto do Brasil quanto da Argentina.

Em todos os cenários, serão avaliados três indicadores: i) o bem-estar agregado; ii) o volume de comércio; e iii) o salário real do mercado de trabalho formal. Vale ressaltar que a abordagem empregada nesta nota observa os impactos apenas entre dois pontos do tempo (inicial e final) e que, em uma análise dinâmica, os resultados podem ser amplificados.

TABELA 1

Efeito de bem-estar da redução da TEC do Mercosul

(Em %)

Cenário	País	Bem-estar agregado	Volume de comércio	Salário real
CF-1	Argentina	0,180	0,32	0,43
	Brasil	0,060	0,27	0,26
CF-2	Argentina	0,020	0,06	0,08
	Brasil	0,004	0,06	0,04

Elaboração do autor.

A tabela 1 aponta para um impacto positivo do corte das tarifas de importação sobre o bem-estar de Brasil e Argentina, independentemente do cenário adotado. Contudo, deve-se ressaltar que os efeitos para a Argentina são sempre superiores aos resultados obtidos para o Brasil.⁸ Além disso, percebem-se aumentos no volume de comércio e no salário real de ambos os países. De acordo com o modelo, o aumento do salário real é devido à sua relação com os gastos em bens domésticos, bem como com os preços setoriais. Haja vista que uma queda da TEC do Mercosul reduzirá os preços dos insumos, o que se perceberá, na ponta final, é uma queda do índice preços da economia, resultando em um aumento do poder de compra dos agentes econômicos.

8. Segundo Anderson, Larch e Yotov (2020), os benefícios de uma redução nos custos de comércio variam entre os países, com os maiores ganhos para países relativamente pequenos *vis-à-vis* economias maiores.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, J. E.; LARCH, M.; YOTOV, Y. Transitional growth and trade with frictions: a structural estimation framework. **Economic Journal**, v. 130, n. 630, 2020.
- ARKOLAKIS, C.; COSTINOT, A.; CLARE, A. R. New theories, same old gains? **American Economic Review**, v. 102, n. 1, p. 94-130, 2012.
- CALIENDO, L.; PARRO, F. Estimates of the trade and welfare effects of Nafta. **Review of Economics Studies**, v. 82, p. 1-44, 2015.
- CHATTERJEE, S.; TURNOVSKY, S. Financing public investment through foreign aid: consequences for economic growth and welfare. **Review of International Economics**, v. 13, n. 1, p. 20-44, 2005.
- ESPITIA, A.; ROCHA, N.; RUTA, M. **Trade in critical covid-19 products**. World Bank Group, 27 Mar. 2020. (Trade and Covid-19 Guidance Note). Disponível em: <<https://bit.ly/3MRUb3W>>.
- FIGUEIREDO, E. A. de; LOURES, A. O efeito do Mercosul sobre a comercialização de novos produtos. **Revista Brasileira de Economia**, v. 70, n. 3, p. 305-314, 2016.
- FIREBAUGH, G.; BECK, F. D. Does economic growth benefit the masses? Growth, dependence, and welfare in the third world. **American Sociological Review**, v. 59, n. 5, p. 631-653, 1994.
- FRANKEL, J. A.; ROMER, David. Does trade cause growth? **American Economic Review**, v. 89, n. 3, p. 379-399, 1999.
- LOURES, A.; FIGUEIREDO, E. A. de. Uma nota sobre o impacto do comércio internacional no crescimento de economias em desenvolvimento. **Revista Brasileira de Economia**, v. 71, n. 4, p. 453-461, 2017.
- ROSE, A. K. Do we really know that the WTO increases trade? **American Economic Review**, v. 94, n. 1, p. 98-114, 2004.
- SUBRAMANIAN, A.; KESSLER, M. The hyperglobalization of trade and its future. **SSRN Electronic Journal**, v. 41, n. 202, p. 1-66, 2013.

EDITORIAL

Chefe do Editorial

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Chefia

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Brena Rolim Peixoto da Silva (estagiária)

Nayane Santos Rodrigues (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danielle de Oliveira Ayres

Danilo Leite de Macedo Tavares

Leonardo Hideki Higa

Capa

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL